

CPI SOBRE O MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TERRA (MST)

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES Nº , DE 2023

(Do Sr. CAPITÃO ALDEN)

Requer informações ao Presidente o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), Sr. Cesar Fernando Schiavon Aldrighi, a todos os processos de seleção de famílias e aos processos de criação dos projetos de assentamento realizados pelo INCRA até o ano de 2016.

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 58, § 3º da Constituição Federal e art. 36, inciso II do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requero informações e acesso a documentos ao Presidente o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Sr. Cesar Fernando Schiavon Aldrighi, solicito informações sobre os processos de criação de projetos de assentamentos, assim como qual o procedimento para a seleção das famílias beneficiárias.

Nesse contexto, peço que sejam disponibilizados os seguintes documentos e informações:

1. Todos os processos de seleção de famílias realizados pelo INCRA até o ano de 2016, incluindo as listas de famílias indicadas pelos movimentos sociais, em especial o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), para serem homologados como assentados nos projetos de assentamento;
2. Todos os processos de criação de projetos de assentamento realizados pelo INCRA até o ano de 2016, contendo informações sobre os critérios, procedimentos e etapas adotados para a criação dos assentamentos, bem



como os registros de decisões, estimativas técnicas e demais documentos relacionados a cada projeto.

3. Quais empresas de Assistência Técnica, chamadas de ATEs foram contratadas até o ano de 2016 pelo INCRA? Além disso, quais são os registros de pagamentos realizados a essas empresas?

JUSTIFICAÇÃO

O acesso às informações e documentos solicitados é de extrema importância para que a CPI possa cumprir sua função de investigar a legalidade dos processos envolvendo os movimentos sociais, especialmente o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Compreender os critérios e procedimentos adotados pelo INCRA na seleção de famílias e criação de assentamentos é fundamental para uma análise aprofundada da eficácia e imparcialidade desses processos.

Além disso, a obtenção dessas informações contribuirá para avaliar a evolução das políticas públicas de reforma agrária, identificar possíveis falhas no processo de seleção de famílias e criação de assentamentos e subsidiar a formulação de medidas que visam aprimorar e aperfeiçoar tais políticas.

É essencial ressaltar que a imparcialidade do INCRA é de suma importância, uma vez que é o órgão responsável pela aplicação e fiscalização das políticas de reforma agrária. Portanto, é fundamental verificar se a sua atuação tem sido pautada pela imparcialidade e pelo interesse público, garantindo que todas as famílias sejam tratadas de forma justa no processo de seleção.

Nesse sentido, o acesso aos processos e documentos referentes aos anos anteriores a 2016 é crucial para compreender a situação



preliminar, identificar desvios ou irregularidades e subsidiar essa CPI na tomada de decisões.

Sala da Comissão, em de de 2023.

Deputado CAPITÃO ALDEN

